

**PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL**

PLS-TRF1

2021-2026

Presidente do TRF1

Italo Fioravanti Sabo Mendes

Vice-presidente

Francisco de Assis Betti

Corregedora regional

Ângela Catão

Diretor-Geral

Carlos Frederico Maia Bezerra

Desembargadores federais

Olindo Menezes

Cândido Ribeiro

Carlos Moreira Alves

José Amilcar Machado

Daniel Paes Ribeiro

João Batista Moreira

Souza Prudente

Maria do Carmo Cardoso

Mônica Sifuentes

Néviton Guedes

Novély Vilanova

Ney Bello

Marcos Augusto de Sousa

João Luiz de Sousa

Gilda Sigmaringa Seixas

Jamil de Jesus Oliveira

Hercules Fajoses

Carlos Pires Brandão

Daniele Maranhão

Wilson Alves de Souza

César Jatahy

Comissão Gestora do PLS-TRF1**Presidente**

Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira

Membros

Adelmo dos Santos Lombardi

Adilson Pinto Araújo

Aline Maria Lima Sá Campos

Ana Alice Siqueira Santos Carvalho

Átila Pinheiro Amorim

Carlos Roberto de Jesus Domingues

Irani Pierre de Araújo Ribeiro

Ivani Luiz de Moraes

José Andrade Filho

Josefa Dias Gomes

Lucimar Nunes de Melo Bonfim

Maria Carolina de Souza Ribeiro

Matuzalém Braga dos Santos

Mônica Tenório Almeida

Nádia Barbosa da Cruz Santana

Paulo César Machado Sena

Roberta Araújo de Mello Bezerra

Rodrigo Pires Andrade Maranhão

Vânia Regina Fernandes

Wellington Machado Ribeiro

Equipe**Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação**

Wânia Maríça Araújo Vieira

Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

Maria Carolina de Sousa Ribeiro

Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão

Carlos Roberto de Jesus Domingues

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
PARTE I – REFERENCIAL ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL.....	6
Objetivo geral.....	7
Objetivos específicos.....	7
Responsabilidades.....	8
Metodologia de implementação.....	9
Monitoramento dos dados.....	10
Avaliação do PLS-TRF1.....	11
Metodologia de revisão.....	12
Cenários.....	14
Parâmetros para estabelecimento das metas.....	19
Classificação da meta.....	21
Metas de desempenho do PLS.....	23
Associação das metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.....	27
INDICADORES E METAS.....	34
Papel.....	35
Copos descartáveis e água envasada.....	39
Impressão de documentos.....	46
Energia elétrica.....	50
Água e esgoto.....	54

Gestão de resíduos.....	58
Qualidade de vida no trabalho.....	61
Telefonia	64
Vigilância	68
Limpeza	71
Reformas e leiaute	74
Combustível	77
Veículos.....	80
Capacitação e sensibilização em sustentabilidade	83
Contratações sustentáveis	86
PARTE II – INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS.....	88
PARTE III	91
PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL 2021/2022.....	91
Plano de Ação Socioambiental 2021/2022	92
Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços.....	105
Ações de divulgação, sensibilização e capacitação.....	115

APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1 é o instrumento de gestão socioambiental do Tribunal, vinculado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), instituído em cumprimento à Resolução CNJ 201/2015, que dispõe sobre a gestão socioambiental nos órgãos do Poder Judiciário.

A gestão socioambiental da Justiça Federal da 1ª Região, disciplinada pela Resolução Presi 4/2016, é composta pelos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das 14 seccionais, conduzida de forma descentralizada por suas respectivas comissões gestoras e por suas unidades socioambientais.

O primeiro ciclo do PLS, alinhado ao Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020, possibilitou ao Tribunal e às seccionais alcançar resultados relevantes na redução do impacto socioambiental de suas atividades e na conscientização do corpo funcional para os temas relacionados à sustentabilidade.

A experiência adquirida pela Comissão Gestora do PLS-TRF1 e pelas unidades envolvidas na gestão socioambiental do Tribunal bem como o conjunto da série histórica dos indicadores coletados ao longo dos anos forneceram base consistente para a elaboração do presente plano, o qual se apresenta de forma mais estruturada, com a proposição de indicadores e metas metodologicamente fundamentadas.

Assim, dando continuidade à promoção das práticas bem sucedidas e adequando o plano à conjuntura desafiadora que se aponta no horizonte, o PLS-TRF1 busca, neste seu segundo ciclo, em que se alinha ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, consolidar no Tribunal o valor da sustentabilidade nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

O presente plano pretende, finalmente, servir de modelo para a reformulação dos PLS pelas seccionais, objetivando o alinhamento na gestão socioambiental da Justiça Federal da 1ª Região.

Desembargador Federal **ITALO FIORAVANTI SABO MENDES**
Presidente

PARTE I

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

SOCIOAMBIENTAL 2021-2026

Alinhamento do PLS-TRF1 à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal – PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, aprovada pela Resolução Presi 10/2021, aos seus valores, entre os quais o da “*Responsabilidade Ambiental*”, e, principalmente, ao objetivo estratégico “Promover a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho”. O PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se também ao Macrodesafio Nacional “*Promoção da Sustentabilidade*”, que tem como indicador de Acompanhamento o “*Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS*”, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 325/2020).

Objetivo Geral

Aprimorar a gestão da sustentabilidade no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

Objetivos Específicos

1. Promover ações que estimulem:

- a mudança nos padrões de compra e consumo;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- a efetivação de contratações sustentáveis;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão socioambiental;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- a transparência da gestão socioambiental.

2. Ser referência na gestão socioambiental para a Justiça Federal da 1ª Região.

Responsabilidades

À Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGPLS-TRF1, instituída pela Portaria Presi 44/2016 , foi atribuída a responsabilidade de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS-TRF1.

A Comissão Gestora é apoiada pelos gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação Socioambiental, especialmente na execução do Plano de Ação Socioambiental (Parte III do PLS-TRF1), na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Por integrar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (art. 1º da Resolução CNJ 201/2015), e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), a responsabilidade pela execução do PLS é compartilhada por todos.

Metodologia de implementação

A implementação do PLS é realizada por meio do desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e/ou projetos com cronograma e responsáveis definidos.

Para tanto, foram criados cinco grupos executivos, abaixo, com a atribuição de executar, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação Socioambiental:

- I – Grupo Executivo I de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão de Resíduos;
- II – Grupo Executivo II de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras;
- III – Grupo Executivo III de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos;
- IV – Grupo Executivo IV de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação;
- V – Grupo Executivo V de Promoção Sustentável dos Serviços de Vigilância, Limpeza e Transporte.

Os grupos executivos têm o suporte técnico da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão – Seamb, que apoia as atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, e da Comissão Gestora do PLS-TRF1, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho do Tribunal, em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis.

Os gestores do Tribunal são solidariamente responsáveis pelas práticas de gestão sustentável, pela racionalização na utilização de recursos naturais e bens públicos, pelo incentivo à mudança comportamental no que diz respeito à defesa do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente como valor de cidadania.

Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS-TRF1 é realizado de forma compartilhada pelos grupos executivos pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão e pela Comissão Gestora, por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho do Tribunal diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico (Parte I) deste plano;
- da ampliação da quantidade de bens adquiridos com critérios de sustentabilidade integrantes do Inventário (Parte II);
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação Socioambiental (Parte III).

Os dados socioambientais do Tribunal são lançados no Sistema PLS-Jud/CNJ, disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, os quais também alimentam o Painel Socioambiental da 1ª Região disponibilizado no Portal Eletrônico do Tribunal.

Cabe:

- aos gestores das áreas técnicas responsáveis pelas práticas sustentáveis alimentar o Sistema PLS-Jud/CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um;
- à Divisão do Compras lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário do Tribunal;
- aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações relatar o andamento das iniciativas do Plano de Ação Socioambiental.

O acompanhamento contínuo dos dados permite à Comissão Gestora do PLS e aos seus grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para atingimento das metas do PLS.

Avaliação do PLS-TRF1

Para a avaliação do desempenho do PLS serão considerados:

- os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- a ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- a execução das ações e projetos socioambientais.

As avaliações do PLS são realizadas por todas as instâncias de atuação dos atores da gestão socioambiental: Comissão Gestora – CGPLS-TRF1, grupos executivos e Seamb, com os seguintes objetivos:

- contínua, à medida do lançamento dos dados, visando o atingimento das metas;
- anual, com a elaboração do Relatório Anual de Desempenho do PLS do Tribunal, para o eventuais ajustes de metas e ações;
- bienal, ao fim de cada ciclo de seu Plano de Ação bienal, para definição dos indicadores, metas e ações, para o próximo biênio;
- sexenal, ao fim de cada ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e da 1ª Região, para análise e construção do PLS alinhado ao próximo ciclo de planejamento estratégico.

Metodologia de Revisão

A revisão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1 é fruto do trabalho conjunto da Comissão Gestora do PLS - CGPLS, de seus grupos executivos, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados no PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados e para o estabelecimento das propostas de metas.

As séries históricas dos indicadores socioambientais instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução CNJ 201/2015 e o 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário), que ora fazem parte integrante do PLS, foram essenciais para a definição das novas metas.

A exemplo do CNJ o TRF1 adotou um indicador-chave vinculado a cada meta, conforme prescrito pela metodologia de construção de indicadores. Cada indicador-chave mede, assim, o índice de racionalização do item tratado (ex: índice de racionalização de consumo de papel, índice de racionalização de consumo de energia elétrica etc.). Devido à atipicidade do ano de 2020, estabeleceu-se, em regra o ano de 2019 como ano referência.

Dada a incerteza de cenário em razão da pandemia de Covid-19, a mudança cultural e no modo de trabalho e o consequente impacto nos indicadores socioambientais, a Comissão Gestora do PLS optou por definir, inicialmente, metas bienais para PLS-TRF1 2021-2026, as quais serão revisadas ao fim do primeiro biênio.

As metas buscaram, onde coube e quando possível, alcançar a média da Justiça Federal e a consequente melhoria de desempenho no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ, pesados e analisados os resultados alcançados no período 2015 a 2019, a tendência, o cenário pré-pandemia de Covid-19, o cenário da pandemia, a capacidade de desempenho do Tribunal no cenário pós-pandemia, assim como os pontos fortes e as limitações do Tribunal no desenvolvimento de cada tema.

TEMAS QUE COMPÕEM O CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE – IDS	
TEMAS	INDICADORES CRÍTICOS
Energia elétrica	Cons. E.E./área total
Água	Cons. Água /área total
Papel	Cons. Papel per capita
Copos descartáveis	Cons. Copos desc. per capita
Água envasada	Cons. Água envas. per capita
Deslocamento de pessoal	Número de usuários por veículo
Reciclagem	Papel destin. Recicl./papel consumido
Ações de Qualidade de Vida	Participação relativa em ações de qualidade de vida

Cenários

Coincidiu com o novo ciclo do PLS a clara oposição de cenários “pré-Pandemia de Covid-19 *versus* Pandemia”.

A Comissão Gestora do PLS espera para o próximo ciclo um cenário intermediário entre os anos de 2019 e 2020, incerto, contudo, a depender do grau de incorporação das lições aprendidas ao longo do período da pandemia.

O ano de 2020 teve expressiva melhora dos indicadores socioambientais, causada pela forte queda no consumo de recursos naturais, em decorrência da forçosa adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho.

**CENÁRIO I
(2019)**

Grau de Favorecimento à Sustentabilidade

Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

**CENÁRIO II
(2020)**

Grau de Favorecimento à Sustentabilidade

Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

**CENÁRIO III
(2021/2022)**

Grau de Favorecimento à Sustentabilidade

Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

GRAU DE VIRTUALIZAÇÃO/AUTOMATIZAÇÃO DO TRABALHO									
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			CENÁRIO I (2019)	CENÁRIO III (2021/2022)			CENÁRIO II (2020)		
			Processos Físicos + Processos Eletrônicos	Processo Predominantemente Eletrônico			Processos Eletrônicos + Processos Físicos		
			Trabalho Predominantemente Presencial	Trabalho Híbrido			Trabalho Predominantemente Remoto		

Parâmetros para estabelecimento das metas

A Comissão Gestora do PLS delimitou os seguintes parâmetros (internos e externos) para a definição das metas:

Parâmetros internos:

- a) RESULTADO ALCANÇADO: é o resultado para a meta já alcançado pelo Tribunal desde a instituição do PLS-TRF1 (período de 2015 a 2019. O ano de 2020 foi desconsiderado neste quesito por sua atipicidade;
- b) TENDÊNCIA: é a tendência observada, obtida pela média dos resultados de 2015 a 2019;
- c) CAPACIDADE DE DESEMPENHO FUTURO: é a capacidade estimada de desempenho futuro, em vista do resultado alcançado, do cenário esperado para o próximo ciclo bem como dos pontos fortes e das limitações do Tribunal em relação à meta.

Parâmetro externo:

- a) MÉDIA DA JUSTIÇA FEDERAL: é a média do resultado obtido para a meta pela Justiça Federal, quando cabível a comparação, calculada pelo CNJ (4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário).

Obs.: Este parâmetro foi aplicado onde cabível, não havendo esta referência para algumas metas ou sendo inaplicável a comparação para outras.

Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS	Sim/Não
Meta de Longo Prazo	Média da Justiça Federal
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	Redução percentual alcançada até 2019
Tendência Observada – Cenário I –	Percentual de redução médio anual
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	Redução Alcançada em 2020
Capacidade Estimada de Cumprimento – Cenário III –	Capacidade estimada de cumprimento no cenário previsto
Meta Proposta	Proposta de meta, ponderados a criticidade, a meta de longo prazo e o cenário previsto.
Pontos fortes	Situações que favoreçam o atingimento da meta
Limitações	Entraves que dificultam o atingimento da meta
Risco de não atendimento da meta sugerida	Resposta livre

Classificação da Meta

Quanto à sua criticidade

A comissão elegeu como prioridade a melhora do resultado do Tribunal no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ. Este direcionamento permitiu a classificação da criticidade das metas, levando-se em conta sua participação no cálculo do IDS e a performance do Tribunal em relação à Justiça Federal.

Meta crítica: A meta será considerada crítica se o tema a que ela se referir for considerado para o cálculo do IDS e se o resultado para o TRF1 estiver abaixo do resultado médio da Justiça Federal.

Meta não crítica: A meta que não se enquadra na classificação crítica.

Quanto à capacidade de seu cumprimento

As metas receberam classificação também em relação à capacidade de seu cumprimento pelo Tribunal. Neste quesito, estão classificadas como conservadoras, moderadas e desafiadoras.

Conservadora: A meta será considerada conservadora se esta for igual ou menor do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019).

Moderada: A meta será considerada moderada se esta for maior do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019) e menor que do que a capacidade de cumprimento prevista.

Desafiadora: A meta será considerada desafiadora se esta for maior do que a capacidade de cumprimento prevista.

Classificação da Meta

Classificação Meta			
Quanto à Criticidade	Crítica	Não crítica	
Quanto ao Atingimento	Conservadora	Moderada	Desafiadora

Metas de desempenho do PLS

Série histórica

Índice das metas individuais (percentual de cumprimento de cada meta)									
Se resultado do índice for maior do que 100%, o resultado considerado é 100%									
PLS 2015-2020									
Objetivo Estratégico	Tema	Subtema	Meta Nº	Meta	2016	2017	2018	2019	2020
Promover o uso eficiente de insumos e materiais (papel, descartáveis e impressões)	Tema 1 – Insumos e materiais	Subtema 1.1 – Papel	1	Reduzir o consumo de papel em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.2 – Descartáveis e água mineral engarrafada	2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
			3	Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020	77%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.3 – Impressões e equipamentos	4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020	91%	100%	100%	100%	100%
Gerir de forma eficiente energia, água e resíduos	Tema 2 – Energia elétrica		5	Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 3 – Água e esgoto		6	Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m ³ até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 4 – Gestão de resíduos		7	(2016-2018) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020 (2019-2020) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados	100%	100%	69%	100%	100%
Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho	Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		8	Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
Promover	Tema 6 –	Subtema 6.1 –	9	Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020	97%	100%	100%	100%	100%

contratações e deslocamentos sustentáveis	Contratações sustentáveis	Telefonia							
		Subtema 6.2 – Vigilância	10	Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.3 – Limpeza	11	Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.4 – Layout	12	Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 7 – Deslocamentos de pessoal, bens e materiais	Subtema 7.1 – Combustível	13	(2016-2018) Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% até 2020 (2019-2020) Não aumentar a quantidade de KM rodados até 2020	100%	88%	64%	95%	100%
	Subtema 7.2 – Veículos	14	(2016-2018) Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020 Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020	50%	40%	32%	47%	86%	
Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental	Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua	15	Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020	100%	100%	100%	100%	100%	

Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de cumprimento das metas individuais	Cumprir 100% de cada meta	Seamb	Anual
		100%		
<p>Fórmula: $PEM = (MA/MP) \times 100$ PEM - Percentual de Execução da Meta MA - Meta Alcançada MP - Meta para o período</p> <p>Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, considerar o resultado como 100%</p>				
Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável				

Série histórica

PLS						
Indicador	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de cumprimento do PLS	Percentual	94%	95%	91%	96%	99%

Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
2	Índice de cumprimento do PLS	Cumprir 100% do PLS	Seamb	Anual
		100%		
Fórmula: $DPM = (\sum PEM_1 + PEM_2 + \dots + PEM_n) / QTM$ DPM - Desempenho Percentual de Metas do PLS PEM - Percentual de Execução da Meta QTM - Quantidade Total de Metas para o período				
Mede o desempenho percentual de alcance das metas constantes no Plano de Logística Sustentável				

Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU

As metas do PLS passam a ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas.

Os temas constantes dos ODS podem ser divididos em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de para colocar em prática os ODS.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável identificou seis ODS que podem ser associados às metas do PLS-TRF1:

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

(...)

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

(...)

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

(...)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

(...)

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

(...)

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

(...)

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

(...)

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

(...)

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

(...)

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

(...)

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas [instituições públicas, no caso do TRF], especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

(...)

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

(...)

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

(...)

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3

Saúde e Bem-Estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

Educação de qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

Água potável e saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

Energia limpa e acessível

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12

Consumo e produção responsáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



INDICADORES E METAS

PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel



Série histórica

Papel							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	19.241	16.808	15.932	13.901	12.386	4.608
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	1.814	924	670	871	715	213
CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPT – Consumo de papel total	RM	21.055	17.732	16.602	14.772	13.101	4.821
GPNRP – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	167.397,00	164.981,34	184.195,96	183.103,85	167.407,00	62.022,16
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	14.784,00	9.934,27	7.887,36	13.058,43	10.588,00	3.161,49
GTP – Gasto total com papel	R\$	182.180,80	174.915,64	206.480,28	196.162,18	178.007,00	65.183,65

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Papel	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	45% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	33% ↓
Tendência observada – Cenário I –	9,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	65% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	20% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Processos predominantemente eletrônicos Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização de impressão
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



Meta e Indicadores

Papel					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
1	Índice de racionalização de consumo de papel	Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Dimap	Mensal
		10% a.a.			
		Crítica	Moderada	Dimap	Mensal
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de papel reciclado e papel não reciclado</p>					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.					



COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA

Objetivo: Racionalizar o uso de copos de plástico descartáveis
e de água envasada em embalagem plástica



Série histórica

Copos Descartáveis							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Centos	17.420	15.870	15.300	9.250	8.362	4.206
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Centos	22.500	1.650	1.850	1.800	2.100	1.300
CCT – Consumo total de copos descartáveis	Centos	39.920	17.520	17.150	11.050	10.462	5.506
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para água	R\$	36.893,00	35.707,50	32.441,00	18.674,00	15.940,00	8.035,00
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para café	R\$	19.575,00	1.501,50	1.792,00	1.755,00	2.543,00	1.372,12
GTCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis	R\$	56.469,00	37.209,00	34.233,00	20.429,00	18.483,00	9.407,12

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Copos descartáveis	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	50% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada – Cenário I –	14,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	47% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	30% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Substituição dos copos plásticos por copos de vidro Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização dos copos plásticos
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



Meta e Indicador

Copos descartáveis					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
2	Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Nucol	Anual
		10% a. a.			
		Crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum Consumo de copo descartável de água e café</p>					
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com copo descartável de água e café.</p>					



Série histórica

Água envasada em embalagem plástica							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	7.392	9.080	3.576	3.264	7.200	5.760
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	21.800	23.320	22.000	22.142	23.300	10.550
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	4.533,00	5.887,60	2.591,00	2.132,00	4.737,00	3.782
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	105.512,00	130.825,20	141.900,00	71.705	85.045	62.561

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Água envasada em embalagem plástica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	45% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	2,5% ↓
Tendência observada – Cenário I –	0 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	20% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	15% ↓
Meta proposta	15% até 2022 ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Cultura no uso da água envasada
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



Indicadores

Água envasada em embalagem plástica					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
3	Índice de racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Dimap	Anual
		15%			
		Crítica	Moderada		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100$ Consumo Total = \sum consumo de água envasada em embalagens descartáveis					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis.					



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão



Série histórica

Impressão							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CSI – Consumo de suprimentos de impressão	Un	1.066	1.142	913	887	750	481
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	227.399,18	Dado em revisão	220.258,40	169.863,00	129.993,00	193.891,30
QI – Quantidade de impressões	Un	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	R\$	1.488	828	830	842	660	586
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0	0	0	74.150,00	0	221.910,00
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	321.330,00	296.137,00	306.194,00	291.927,00	412.076,00	265.656,00

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Suprimentos de Impressão	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	30% ↓
Tendência observada – Cenário I –	8,5 % a. a. ↓
Resultado alcançada em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	35% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	10% a.a.
Meta proposta	10% a. a. ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido Renovação do parque de impressão
Limitações	Cultura na utilização de impressoras
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS



Indicador

Impressão					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
4	Índice de racionalização de consumo de suprimentos de impressão	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a. a. (ano referência 2019)		Diatu	Anual
		10% a.a.			
		Não crítica	Moderada	Dimap	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo do ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo de suprimentos de impressão.					



ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica



Série histórica

Energia Elétrica							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	6.612.877	5.939.112	5.456.655	5.282.757	4.268.699	3.760.595
AC – Área construída	m ²	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m ²	115,16	103,43	95,03	92,00	77,63	68,39
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	4.101.030,51	3.956.716,48	3.762.259,83	4.093.607,08	4.268.703,97	2.904.527,93
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m ²	71,42	68,91	65,52	71,29	77,63	52,82

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNIJ)



Energia Elétrica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	35% ↓
Redução total no período 2015-2019 – Cenário I –	35% ↓
Tendência observada – Cenário I –	10 % a. a. ↓
Redução alcançada em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	12% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



Indicadores

Energia Elétrica					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
5	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica (kWh)	Não aumentar o consumo de energia elétrica (ano referência 2019)		Dieng	Anual
		Não aumentar			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo no ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica					



ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e esgoto.



Série histórica

Água e Esgoto							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CA – Consumo de água	m ³	52.920	40.464	31.229	29.782	27.944	16.172
AC – Área construída	m ²	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRA – Consumo relativo de água	m ³ /m ²	1,01	0,70	0,54	0,52	0,51	0,29
GA – Gasto com água	R\$	941.179,00	805.425,25	704.899,88	645.878,00	627.557,32	387.123,63
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m ²	16,39	14,03	12,27	11,25	11,41	7,04

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Água e Esgoto	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	50% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	15 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	42% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



Indicador

Água e Esgoto					
N.	Indicador	Meta		Responsável	Periodicidade
		2021/2022			
6	Índice per capita de racionalização de consumo de água	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (ano referência 2019)		Dieng	Mensal
		Não aumentar			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água.					



GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos



Série histórica

Gestão de Resíduos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DPA – Destinação de papel	Kg	39.283	37.619	44.607	28.412	27.533	14.595
DPL – Destinação de plásticos	Kg	3.172	2.371	476	331	0	37
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	18
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	1.782	1.646	460	1.206	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	48	55	0
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	368	168	306	338	4.944
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	19.500	0	7.900	0	11.812
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	190	65	55	0	0	70
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	440	245	304	159	135	174

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Gestão de Resíduos					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
7	Índice de destinação de resíduos sólidos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.		Nucol	Mensal
		100%			
		Crítica	Moderada		
<p>Fórmula: Total de resíduos destinados adequadamente (KG)/Total de resíduos coletados (KG)*100</p> <p>Total de resíduos = \sum de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)</p> <p>Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.</p>					



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de QVT



Série histórica

Qualidade de Vida							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	240	892	1.131	1.309	1.075	831
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	26	10	12	14	13
PS – Participações em ações solidárias	Participante	106	57	105	168	158	0
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	1	1	1	1	0
Alnc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	1	1

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Qualidade de Vida					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
8	Índice de participação em iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Disao	Anual
		Aumentar em 10%			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(\text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano} - \text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano anterior} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano anterior}) \times 100$</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente ações com público-alvo definido.</p>					



TELEFONIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com telefonia fixa e móvel



Série histórica

Telefonia							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	218.740,46	221.692,89	184.506,41	59.942,62	21.215,81	29.274,68
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	1.434	1.471	1.231	2.700	2.700	2.700
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	20.405,86	16.260,70	10.218,77	3.928,66	5.729,91	3.537,12
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	55	61	54	50	50	50

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Telefonia	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	89% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	Observou saltos de redução
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	22% ↑
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017
Pontos fortes	Não há
Limitações	Limite de redução alcançado Trabalho híbrido Reformulação do contrato de telefonia móvel para a inclusão de dados
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS



Indicadores

Telefonia					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
9	Índice de racionalização de gastos com telefonia	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017		Dieng	Mensal
		Não aumentar o gasto			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / (\text{Gasto total de 2017} \times 0,5))) \times 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia.					



VIGILÂNCIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços de vigilância



Série histórica

Vigilância							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	0	0	0	0	0	0
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	Não informado	80	80	80	80	39
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Vigilância					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
10	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Coisi	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.</p>					



LIMPEZA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza



Série histórica

Limpeza							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56	3.822.587,30
m ² Cont – Área contratada	m ²	176.968	64.887	64.887	64.887	64.887	81.392
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	7.792.465,32	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	Não informado	630.912,96	630.912,96	630.912,96	630.912,96	462.208,82

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Limpeza					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
11	Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Nucol	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $((\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano de 2019}) - 1) * 100$</p> <p>Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza.</p>					



REFORMAS E LEIAUTE

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas e mudanças de Leiaute



Série histórica

Reformas e Mudança de Leiaute							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04	43.879,76
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	Não informado	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04



Indicadores

Reformas e Mudanças de Leiaute					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
12	Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute		Dieng	Anual
		Não ultrapassar a previsão de gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: $(1 - (\text{Gasto Total no ano corrente} / \text{Previsão de gasto para o exercício})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com reformas e mudanças de leiautes</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas e mudanças de leiautes.</p>					

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de combustíveis (álcool, diesel e gasolina)



Série histórica

Quilometragem e Combustível							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Km – Quilometragem	Km	521.281	460.072	497.945	563.970	545.846	260.684
Combustível							
CG – Consumo de gasolina	Lt	42.701	46.498	46.944	48.782	50.416	26.389
CE – Consumo de etanol	Lt	12.377	10.186	10.631	11.904	12.416	6.242
CD – Consumo de diesel	Lt	7.265	2.577	5.363	3.937	4.480	1.805
CGN – Consumo de gás natural	Lt	0	0	0	0	0	0

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Quilometragem e Combustível					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
13	Índice de racionalização de Km rodada	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (ano referência 2019)		Diset	Anual
		Não aumentar Km rodados			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Total de Km rodados no ano corrente} / \text{Total de Km rodados em 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de Km rodados (impacta o consumo de combustíveis, no gasto com manutenção e na emissão de gases poluentes).					



VEÍCULOS

Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção de veículos



Série histórica

Veículos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	36	11	11	10	7	6
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	48	56	62	61	60	55
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	5	5	6	8	8	7
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	26	24	31	38	29	22
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Veículos	63	48	48	41	46	46
QTV – Quantidade total de veículos	Veículos	89	72	79	79	75	68
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	244.400,38	357.593,35	368.559,33	374.993,22	388.860,25	292.872,96
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0	0	0	0	0	0

Fonte: 4º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



Indicadores

Veículos					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
14	Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Diset	Anual
		Não aumentar em mais de 10% a.a.			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = \sum despesas em reais (R\$) com manutenção de veículos Descrição do indicador: Mede a racionalização de gastos com manutenção de veículos					



CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar e sensibilizar o maior número de servidores para as questões de Responsabilidade Socioambiental.



Série histórica

Capacitação e Sensibilização Socioambiental							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	Ação	3	6	4	7	8	3
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	Participante	Não informado	274	233	56	105	305



Indicadores

Capacitação e Sensibilização Socioambiental					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
15	Índice de participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022		Cedap	Anual
		Capacitar 10% dos servidores			
		Não crítica	Moderada		
Fórmula: (Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano/total de servidores da instituição) x 100					
Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo em ações de capacitação em sustentabilidade.					



CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Aplicar os critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações



Indicadores

Contratações Sustentáveis				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
16	Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	SecGA	Dez/2022
<p>Fórmula: $(\text{Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010}) / (\text{Quantidade de novas licitações})$</p> <p>Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010: observação integral, quando cabível, dos arts. 4º a 7º.</p> <p>Quantidade de novas licitações: total de licitações realizadas no período para certames ligados a parâmetros que tenham alguma aplicação sustentável</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de novas licitações realizadas em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010</p>				



PARTE II

INVENTÁRIO DE

BENS E MATERIAIS



Materiais sustentáveis adquiridos em 2020					
CÓDIGO	UNID	DESCRIÇÃO	Quant. Adquirida	COD. SIASG	FINALIDADE
30.16.032.010	RES	PAPEL A4 ALCALINO, MEDINDO 297 MM X 210 MM	9060	BR0461800	COMUM
30.16.046.011	UN	APOIO (DESCANSO) PARA OS PÉS.	30	BR0132039	CONSUMO DURÁVEL
30.17.003.174	UN	CARTUCHO DE TONER IMPRESSORA SAMSUNG 3710/12ND E SCX-5637FR, CÓDIGO MLT D205E/XAA, COR PRETA.	73	BR0409657	COMUM
30.17.003.175	UN	CARTUCHO DE TONER IMPRESSORA SAMSUNG 4833FD, D205L, COR PRETO.	31	BR0401616	COMUM
30.17.003.185	CA	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG, SÉRIE 770 - 775, ORIGINAL, MODELO K609S, COR BLACK.	2	BR0411246	COMUM
30.17.003.186	CA	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG, SÉRIE 770 - 775, ORIGINAL, MODELO C609S, COR , CIANO.	5	BR0411257	COMUM
30.17.003.187	CA	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA SAMSUNG, SÉRIE 770 - 775, ORIGINAL, MODELO M609S, COR , MAGENTA	3	BR0411258	COMUM
30.17.042.029	UN	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL, REFERÊNCIA C950X2KG, NA COR PRETA PARA IMPRESSORA LEXMARK MODELO C950.	2	BR0406181	COMUM
30.17.042.030	UN	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL NA COR MAGENTA PARA IMPRESSORA LEXMARK C950X2MG.	3	BR0406179	COMUM
30.17.042.031	UN	CARTUCHO DE TONER ORIGINAL NA COR CIANO PARA IMPRESSORA LEXMARK C950X2CG.	3	BR0406178	COMUM



30.19.001.001	RL	BARBANTE DE ALGODÃO, NATURAL, 250G.	500	BR0306725	COMUM
30.24.015.056	UN	PAINEL DIVISÓRIO - EM MADEIRA AGLOMERADA OU MDF, DIMENSÕES: 1400X400 MM	30	BR0461466	ENGENHARIA
30.24.031.056	FL	LAMINADO MELAMÍNICO, LAMINADO MELAMINICO (FORMICA) PARA PISO - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COR ARGILA 3,08 M X 1,25 M X 1 MM TEXTURIZADO - DEVERÁ POSSUIR CERTIFICAÇÃO FSC, CERFLOR OU EQUIVALENTE.	2	BR0229532	ENGENHARIA
30.26.006.058	UN	LÂMPADA LED, ULTRA LED, BIVOLT, 12 W, E-27, LUZ BRANCO FRIO, AMBIENTE INTERNO, A60 - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE E-27, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 800 LM, TEMPERATURA MÍNIMA DE 6000 K, VIDA MEDIANA 25.000 HORAS, MODELO/TIPO PERA. CERTIFICADO ENCE (ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA).	400	BR0446036	ENGENHARIA
30.26.007.015	EMB	PILHA ALCALINA PEQUENA, MODELO AA, TENSÃO 1,5 V, NÃO RECARREGÁVEL. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	112	BR0021806	COMUM
30.26.007.018	EMB	PILHA ALCALINA PALITO, MODELO AAA, TENSÃO DE 1,5 V, NÃO RECARREGÁVEL. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.	30	BR0021806	COMUM
30.26.007.021	UN	BATERIA DE LÍTIO 3 VOLTS; MODELO CR-2032.	27	BR0131393	COMUM



PARTE III

PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL

2021/2022



Plano de Ação Socioambiental 2021/2022

Papel

Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Implantar Processo Judicial Eletrônico – PJe	Projeto	Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe	CGR-PJE-TRF1 Secin	Dez/2022

Copos Descartáveis e Água Envasada

Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Substituir copos descartáveis por copos de vidro para o corpo funcional	Ação	Etapa 1 – Distribuir copos de vidro para o corpo funcional Etapa 2 – Promover campanha para redução do uso de copo descartável	Nucol Ascom	Jul/2021
Reduzir fornecimento de água mineral em garrafas plásticas	Ação	Reduzir a aquisição da água mineral envasada em 15%	Nucol	Dez/2022



		Promover campanha de conscientização	Ascom	Dez/2022
Impressão				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Aquisição de solução de impressão sustentável	Projeto	Etapa 1 – Elaboração de planejamento da contratação para adquirir solução de impressão sustentável. Etapa 2 – Implementar o resultado do planejamento aprovado pela administração.	Diatu	Dez/2022
Energia Elétrica				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Implementar ações de controle e de manutenção dos equipamentos	Ação contínua	Etapa 1 – Manter iluminação em Led em todos os ambientes do Tribunal, com acionamento/desligamento automático nas áreas comuns; Etapa 2 – Reduzir funcionamento do sistema de climatização;	Dieng	Dez/2022



		Etapa 3 – Monitorar consumo.		
Promover campanhas	Ação contínua	Etapa 1 – Promover campanhas de conscientização para desligar iluminação, equipamentos eletrônicos e aparelhos de ar-condicionado quando não utilizados.	Dieng Ascom	Dez/2022
Água e Esgoto				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Implementar ações de controle e de manutenção dos equipamentos	Ação contínua	<p>Efetuar a leitura dos hidrômetros das edificações do Tribunal 4 vezes ao dia, com lançamento e checagem dos números.</p> <p>Promover ações emergenciais para sanar vazamentos e aumentos inesperados de consumo.</p> <p>Reaproveitar a água para a lavagem de pisos.</p> <p>Promover Instalação e manutenção de válvulas de redução de pressão, válvulas de controle de enchimento de reservatórios (bóias de desligamento automático), torneiras de fechamento automático e vasos com caixas acopladas, e demais itens que possam reduzir o consumo.</p>	Dieng	Dez/2022



		Garantir que o esgoto esteja sendo eliminado corretamente na rede sem interferências nas redes pluviais ou encaminhamento de dejetos incorretamente na rede pública.		
Promover campanhas de conscientização	Ação contínua	Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água e evitar o desperdício.	Dieng/Ascom	Dez/2022
Gestão de Resíduos				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Criar central de coleta seletiva	Ação	Criar central de coleta seletiva	Nurol	Dez/2022
Implementar coleta de resíduos eletrônicos permanente	Ação	Etapa 1 – Distribuir coletores nas instalações do TRF1 Etapa 2 - Firmar parceria com instituição capacitada para receber e tratar os resíduos	Diatu Nurol	Dez/2022



Qualidade de Vida				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Disponibilizar serviços continuados de saúde	Ação contínua	Disponibilizar serviços continuados de atendimento médico, odontológico, fisioterápico, nutricional, enfermagem e psicológico Disponibilizar prestação de cuidados e informações, orientações e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar Disponibilizar serviço de berçário	Diasa	Dez/2022
Promover ações de qualidade de vida	Ação contínua	Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho e ambientes laborais. Promover ações de sensibilização do corpo funcional sobre ergonomia no trabalho e teletrabalho. Realizar a Semana de Saúde Ocupacional. Elaborar parecer técnico para avaliação de aquisição de mobiliário do ponto de vista ergonômico Promover a adaptação do posto de trabalho de servidores e/ou magistrados e/ou força de trabalho auxiliar portadores de necessidades especiais. Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde –	Disao/Diasa	Dez/2022



		<p>EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores.</p> <p>Realizar o monitoramento dos casos de Covid-19 do corpo funcional.</p> <p>Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho.</p> <p>Promover incentivo à prática de atividade física na unidade de treinamento e condicionamento físico Espaço Bem-Estar.</p> <p>Promover ações que sensibilizem e incentivem a adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade.</p> <p>Realizar Campanha de Lixo Eletrônico</p> <p>Promover o Dia do Consumo Consciente.</p> <p>Promover ação de inclusão para magistrado, servidor e força de trabalho auxiliar com deficiência em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>Elaborar informativos sobre a Covid-19 em parceria com a Seção de Saúde Ocupacional</p> <p>Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho.</p>		
--	--	--	--	--



		<p>Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente.</p> <p>Realizar a Semana do Coração, que contempla serviços de verificação das pressões arterial e ocular, circunferência abdominal, exame de glicemia capilar e cálculo do índice de Massa Corporal – IMC</p> <p>Promover ações com foco na promoção de saúde</p> <p>Promover o Programa Doe Sangue Doe Vida</p>		
Promover ações de qualidade de vida	Ação contínua	Realizar, semanalmente, às terças-feiras, no túnel de passagem do Ed. Sede I para o Ed. Sede II, a feira orgânica.	Asrep	Dez/2022
Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis	Ação contínua	<p>Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis, contribuindo para um ambiente de trabalho harmônico, integrado e acolhedor:</p> <p>Comemorar o Dia do Servidor</p> <p>Comemorar o Dia da Mulher</p> <p>Comemorar o Dia dos Pais</p> <p>Comemorar o Dia das Mães</p>	Asrep	Dez/2022
Promover ações solidárias	Ação contínua	Realizar a árvore da solidariedade	Asrep	Dez/2022



		Instalação de caixas para recolhimento das tampinhas para reciclagem, nos edifícios do TRF1, para serem doadas às instituições de caridade.	Esmaf	Dez/2022
Telefonia				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Avaliar melhores condições de contratos	Ação contínua	Avaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Dieng SecGA	Dez/2022
Vigilância				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Avaliar melhores condições de contratos	Ação contínua	Avaliar as condições pactuadas nos contratos de segurança, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Coisi	Dez/2022



Limpeza				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Avaliar melhores condições de contratos	Ação contínua	Revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza do Tribunal.	Nurol	Dez/2022
Implementar controle de insumos dos contratos de limpeza	Ação contínua	Criação de ferramenta para medir e controlar os insumos fornecidos na execução contratual	Nurol	Dez/2021
Adquirir produtos biodegradáveis	Ação contínua	Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza para os novos contratos.	Nurol	Dez/2022



Leiaute				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Otimizar espaços	Projeto	Analisar projetos objetivando o melhor aproveitamento dos espaços, com menor quantidade de novas instalações.	Dieng	Dez/2021
Editar de normativo referente alteração de leiaute.	Ação	<p>Etapa 1 – Otimizar custos de aquisição de materiais de novos leiautes, seja por compra de material por meio de contrato de manutenção, seja por aquisições por meio de Termos de Referência de aquisição de material por quantidade/período definidos ou Atas de Registro de Preços .</p> <p>Etapa 2 – Conscientizar dos usuários através de campanhas quanto a ambientes mais abertos e melhor aproveitados.</p> <p>Etapa 3 – Elaborar portaria para orientação de como, quem e porque deverá solicitar a alteração de leiaute de forma a evitar que alterações desnecessárias sejam demandas.</p>	Dieng (SecGA)	Dez/2021



Combustível e Veículos				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Modernizar sistema de transportes do Tribunal	Projeto	Etapa 1 – Apresentar Estudo para avaliar de forma comparativa os modelos atual e alternativos de transporte institucional Etapa 2 – Implementar o resultado do estudo para modernização do sistema de transportes do Tribunal	Diset	Dez/2022
Capacitação e Sensibilização				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Promover ações de sensibilização em sustentabilidade	Ação contínua	Promover ações que sensibilizem e incentivem a adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade Realizar Campanha de Lixo Eletrônico Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente Realizar campanhas em conjunto com os grupos executivos para conscientização ambiental Divulgar a Cartilha do Teletrabalho Divulgar os resultados e experiências bem sucedidas do TRF, interna e externamente	Ascom	Dez/2022



		<p>Elaborar e implementar o Plano de Comunicação</p> <p>Explorar todos os canais de comunicação disponíveis, inclusive criando novos canais, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade</p> <p>Reestruturar a página da Gestão Sustentável no portal do TRF1 com a criação de um ambiente para divulgação de conteúdo técnico</p>		
Promover ações de capacitação em sustentabilidade	Ação contínua	<p>Ofertar solução educacional voltada para a gestão Socioambiental na Semana do Meio Ambiente</p> <p>Realizar ação educacional sobre consumo consciente.</p>	Cedap	Dez/2022
Elaborar estudo sobre oferta de trilhas de aprendizagem sobre a temática Contratações Públicas Sustentáveis	Projeto	<p>Dar início a estudo aprofundado sobre as três fases da contratação pública (planejamento, licitação e contratos), objetivando elaborar matrizes instrucionais para cada uma delas e construir trilhas de aprendizagem sobre a temática.</p>	Cedap	Dez/2022



Contratação Sustentável				
Ação	Tipo	Descrição	Responsável	Prazo
Promover o desenvolvimento sustentável nos processos de aquisição, contratação e compras	Ação	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	SecGA	Dez/2022



Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços

Papel e suprimentos de impressão

1. Dar preferência ao uso de comunicação eletrônica evitando o uso do papel.
2. Evitar a impressão de documentos.
3. Fazer a revisão dos documentos antes de imprimi-los.
4. Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso.
5. Configurar ou substituir os equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.
6. Somente disponibilizar um cartucho/tonner novo ao receber o velho completamente vazio.
7. Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho.
8. Dar preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado;
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel,
10. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.



Forma de trabalho e Sistemas informatizados

1. Incentivar, na medida do possível, o modelo de trabalho remoto.
2. Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
3. Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão.
4. Digitalizar os documentos impressos.
5. Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

Copos Descartáveis e águas engarrafadas

1. Substituir o uso de copos descartáveis por copos de vidro, por copos retornáveis duráveis ou biodegradáveis.
2. Dar preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos socioambientais.
3. Incentivar o uso do copo retornável com campanhas de sensibilização e consumo consciente.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.



5. Substituir o consumo de água engarrafada em copos plásticos de 200 ml e garrafas plásticas por garrafões de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros tendo em vista as questões económico-financeiras e impactos ambientais negativos gerados pelos resíduos plásticos.
6. Higienizar periodicamente os equipamentos como garrafões de 20 litros, bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

Material de limpeza

1. Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza.
2. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipas de limpeza.
3. Rever as rotinas de trabalho quanto à limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.

Energia Elétrica

1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente.



4. Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado para não diminuir sua eficiência.
5. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural.
6. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento e promover campanhas de incentivo ao uso das escadas.
7. Revisar o contrato de energia visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica.
8. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes.
9. Buscar implementar soluções que tragam eficiência energética à edificação, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos em *Led*, placas fotovoltaicas para captação de energia solar e outras tecnologias limpas para geração de energia.
10. Utilizar, sempre que possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas.
11. Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m² e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas “invertidas”.
12. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da energia.

Água e Esgoto



1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores.
4. Não utilizar água nobre para fins não nobres (ex: lavagem de veículos, manutenção de jardins, lavagem de brises).
5. Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins.
6. Dar preferência a sistemas de reuso de água e tratamento dos efluentes gerados.
7. Dar preferência a sistemas de medição individualizados de consumo de água.
8. Analisar a viabilidade de aproveitamento da água da chuva e poços artesianos, com a devida outorga, e
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.



Gestão de resíduos

1. Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a Resolução CONAMA 275/2001, o Decreto 5.940/2006, a Lei 12.305/2010 e demais legislação pertinente, quanto ao estabelecimento de parcerias com cooperativas de catadores e tabela de cores.
2. Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados (desde material de expediente até óleos lubrificantes, pneus, pilhas, baterias, lixo eletrônico, quando houver).
3. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao descarte correto de resíduos.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
5. Implantar planos de gestão de resíduos de saúde nos casos cabíveis, conforme previsto na RDC ANVISA 306/2004.
6. Incluir nos contratos para cessão de espaço público que tenham como objetos restaurantes ou lanchonetes, previsão para que a contratada dê destino ecologicamente correto ao óleo de cozinha, apresentando relatório mensal dos resíduos gerados, e
7. Incluir nos contratos de manutenção predial a descontaminação e descarte ecologicamente correto de lâmpadas.



Qualidade de vida no ambiente de trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.
2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho.
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores, funcionários terceirizados e magistrados com divulgação por meio da intranet, cartazes eletrônicos e informativos.
6. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e colaborativas reconhecendo e premiando as unidades que possuem bons índices de consumo.
7. Incentivar a realização de cursos à distância com a temática da sustentabilidade reforçando as práticas realizadas no tribunal.
8. Buscar parcerias com a comunidade e órgãos da administração local no sentido de implementação de possíveis inovações e serviços (ex: coleta de óleo pela concessionária local, recolhimento de lixo eletrônico, etc.), e
9. Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas.

Veículos e transporte



1. Substituir, na medida do possível, a frota do órgão por serviços de transporte terceirizados (ex.: TaxiGov)
2. Dar preferência a contratos de aquisição de veículos com dação em pagamento.
3. Estabelecer rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.
4. Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol.
5. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos.
6. Dar preferência à lavagem ecológica de veículos oficiais, e
7. Estabelecer intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais.

Mobiliário

1. Adquirir mobiliário observando as normas de ergonomia.
2. Observar a origem legal do produto no caso dos itens em madeira.

Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis



1. Recomendar que o desfazimento de bens móveis e materiais tenha o apoio das unidades ou núcleos socioambientais, para identificação da melhor destinação, considerando o que estabelece Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto 7.404/2010, que regulamenta a mencionada Lei.
2. Descartar de forma ecologicamente correta os documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.
3. Incentivar ações de reutilização de materiais.

Contratações sustentáveis

1. Adotar os critérios socioambientais constantes do *Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos*, do Conselho da Justiça Federal (utilizar subsidiariamente o *Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União*, bem como de documentos similares expedidos por outros órgãos públicos, quando necessário).
2. Realizar análise de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição.

Material de consumo – planejamento e uso



1. A unidade responsável pela administração de material do órgão deve controlar e monitorar os dados de consumo e informá-los às unidades de trabalho.
2. Os gestores devem informar ao corpo funcional os índices de consumo da unidade estimulando o consumo consciente em busca do ponto de equilíbrio.



Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação

1. Divulgação de reuniões da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.
2. Divulgação de informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (Calendário Socioambiental).
3. Divulgação do Painel Socioambiental da 1ª Região.
4. Divulgação de campanhas promovidas pelos grupos executivos do PLS.
5. Divulgação de manuais relacionados à sustentabilidade.
6. Divulgação dos resultados e experiências bem sucedidas do Tribunal relacionadas à sustentabilidade.
7. Sensibilização do corpo funcional para incentivo de adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade (ex.: consumo consciente, coleta seletiva etc.).
8. Utilização de todos os canais de comunicação disponíveis, e criação de novos canais de comunicação, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade.
9. Aprimoramento da página da Gestão Sustentável no portal do TRF1 com a criação de um ambiente de divulgação de conteúdo técnico.



10. Capacitação dos integrantes da Comissão Gestora do PLS e dos seus grupos executivos em gestão socioambiental.
11. Capacitação de servidores afetos à área de contratação em contratação sustentável.

